



CÂMARA DE IUNA-ES

NOTÍCIAS - GERAL

CÂMARA APROVA REVISÃO DE 10,54% NOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES

PROJETO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE PELOS VEREADORES, QUE AGORA QUESTIONAM PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS DESDE JANEIRO



Publicado em 11/05/2016 às 14:07 (Atualizado em 26/05/2016 às 08:20), postado por Sílvia Goulart - ImpactMídia, Fonte: Câmara de Iúna

Servidores públicos de Iúna acompanharam atentamente a sessão da última segunda-feira (09), quando os vereadores aprovaram, por unanimidade e com três emendas, modificativas e supressiva, o Projeto de Lei de Revisão Geral Anual nº 18/2016. A revisão deverá ser de 10,54%, de acordo com o IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado, conforme acordado pela administração municipal com o Sindicato dos Servidores Públicos de Iúna e Irupi (Sindspii).

O projeto foi alvo de inúmeras discussões por parte dos vereadores acerca da lentidão do Poder Executivo em encaminhar o documento para votação, uma vez que a data-base da categoria é o mês de janeiro. A administração alegava que não teria como pagar aumento aos servidores sem as devidas possibilidades legais e financeiras.

Servidores municipais organizados também realizaram diversas reuniões e assembleias sindicais e, sem acordo, promoveram um movimento grevista denominado "Operação Tartaruga", no final de abril.

"Esse projeto deveria ter vindo para a Câmara em fevereiro porque a nossa data-base é janeiro. E o que me entristece é que essa atualização será a partir de agosto. Todos os servidores, efetivos e comissionados, têm direito à revisão. Por isso, incluímos uma Emenda Modificativa para incluir os comissionados, diferente do que o Poder Executivo propôs no projeto inicial", explicou o vereador Jonildo Muzi.



CÂMARA DE IUNA-ES

Ainda de acordo com o Procurador da Câmara, Marco Antônio Sonsim, todos os servidores têm direito à revisão dos vencimentos, incluindo secretários, vereadores, prefeito e vice. O Executivo não tem competência legal para excluir a revisão geral anual dos vencimentos do prefeito e do vice, o que é ilegal e inconstitucional. Todos os servidores, sem distinção, têm esse direito.

A revisão salarial é um direito do servidor. Assim, não adianta o prefeito dizer que não pode dar a revisão porque vai onerar os cofres da Prefeitura. O que ele deveria fazer, ele não faz, que é cortar cargos comissionados. E ele não pode criar mais cargo, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas dar a revisão ele pode, e deve, reforçou o vereador Rogério César.



AUTENTICAÇÃO

a4f9470206b3652a3ce7b36d35475a54

<https://camaraiuna.es.gov.br/noticia/2016/05/camara-aprova-revisao-de-10-54-nos-salarios-dos-servidores.html>